

Fortalecendo o mercado de seguros para um desenvolvimento sustentável

Confederação Nacional de Seguros

São Paulo 15 de Setembro

Francisco Gaetani

Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente

A Nova Governança Ambiental

- Transcende o Ministério do Meio Ambiente
- Faz parte de macro tendências globais
- Perpassa todo o setor produtivo e todos os segmentos da sociedade
- Diz respeito a todas instâncias de governo (local, estadual, nacional e internacional)
- Demanda alinhamentos e consistências crescentes por parte de todos atores, públicos e privados

A disseminação das práticas de Responsabilidade Socio Ambiental

- A liderança do setor empresarial - multinacional, nacional e estatal - e seu papel de promotor de inovações
- Um movimento que começou nas áreas de marketing e responsabilidade social e que passou a fazer parte do “core business”
- A multiplicidade das metodologias e abordagens e o risco de “green washing”
- O avanço de um processo de regulação global, irradiado a partir do centro (Basiléia e Multinacionais)
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (inclusive Padrões de Produção e Consumo)

O (re)posicionamento estratégico do Ministério do Meio Ambiente

- Parte integrante do governo, com ações bilaterais com o conjunto dos Ministérios
- Desenvolvimento sustentável como ingrediente do DNA de crescimento do país
- Portas abertas e diálogo permanente com o setor produtivo e com os movimentos sociais
- Ações coordenadas e entrelaçadas no âmbito nacional e internacional

A Política Ambiental como alavancas para o desenvolvimento de mercados

- O Novo Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural
- O PNMC, as negociações globais e a reestruturação produtiva rumo a uma economia de baixo carbono
- A PNRS e a logística reversa
- O novo marco regulatório do patrimônio genético e repartição de benefícios
- A PNPC e a Política de Compras Sustentáveis
- A Nova Economia Florestal
- Concessões e PPPs nas áreas de florestas e parques

O papel fundamental do setor financeiro

- A qualidade do crédito como fator decisivo na promoção do desenvolvimento
- O impacto sistêmico sobre o conjunto da economia em todo território nacional
- A necessidade de buscar a redução dos custos de transação de forma permanente e consistente
- O papel balizador da atuação do setor financeiro sobre o funcionamento do mercado

A necessidade de equacionamento dos riscos ambientais

- Globalização dos marcos regulatórios do setor financeiro e necessidade de alinhamento
- Multiplicação de problemas derivados de passivos ambientais “ocultos”
- Incorporação da dimensão de compliance ambiental ao processo de produção e comércio
- Necessidade de balizamento estruturante de modo a proporcionar equalização metodológica

O desafios do setor de seguros na agenda ambiental: o caso do Cadastro Ambiental Rural

- Posicionamento de Governo sobre temáticas afetas ao setor financeiro e ambiental
- Compreensão do papel de liderança global do Brasil (G1) na agenda ambiental internacional
- Postura de diálogo aberto, construtivo e franco com os setores financeiro e agropecuários
- Compromisso com inovações portadoras de regras de transição que assegurem previsibilidade e segurança jurídica
- Importância de métricas que instrumentalizem análises de riscos e mapeamento de oportunidades

A participação da CNSeg no consórcio FBDS orientada para negócios pós CAR

- Um consórcio diferenciado: FEBRABAN, IBÁ, IAB, ABAG, ÚNICA, SRB, CNSeg e ICF
- A participação do Governo: MMA e EMBRAPA
- Uma parceria Governo - Setor Privado
- A inversão do sinal: transformando uma agenda negativa de controle em uma agenda positiva de desenvolvimento
- A importância da métrica
- A natureza “enabling”da iniciativa

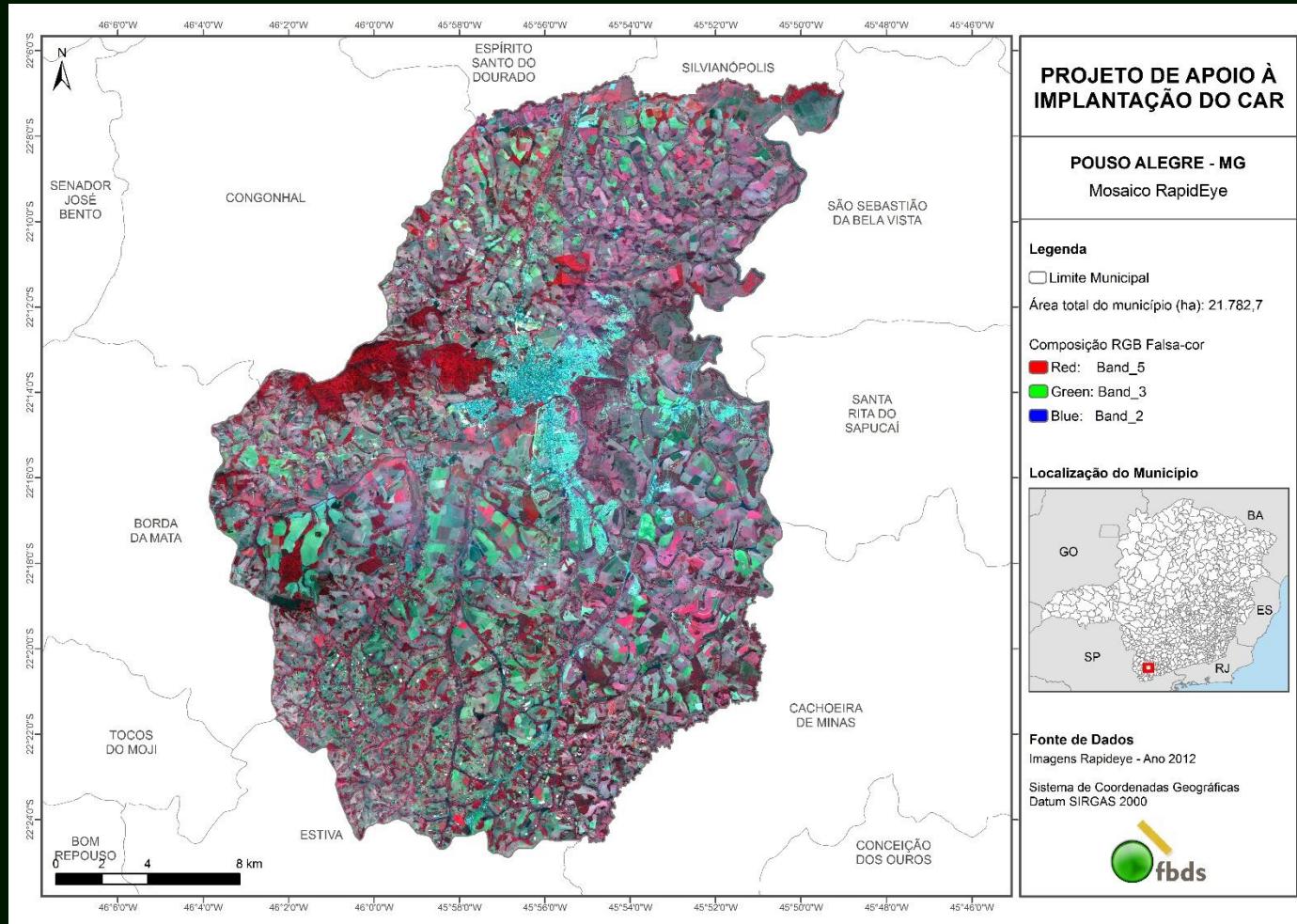
Objetivos do Projeto

- Delimitar as APPs e calcular o passivo ambiental
- 4.069 municípios
- Abrangência: toda a Mata Atlântica e Cerrado
- Financiamento do setor privado
- Apoio institucional do Governo Federal e Governos Estaduais

Resultados: município

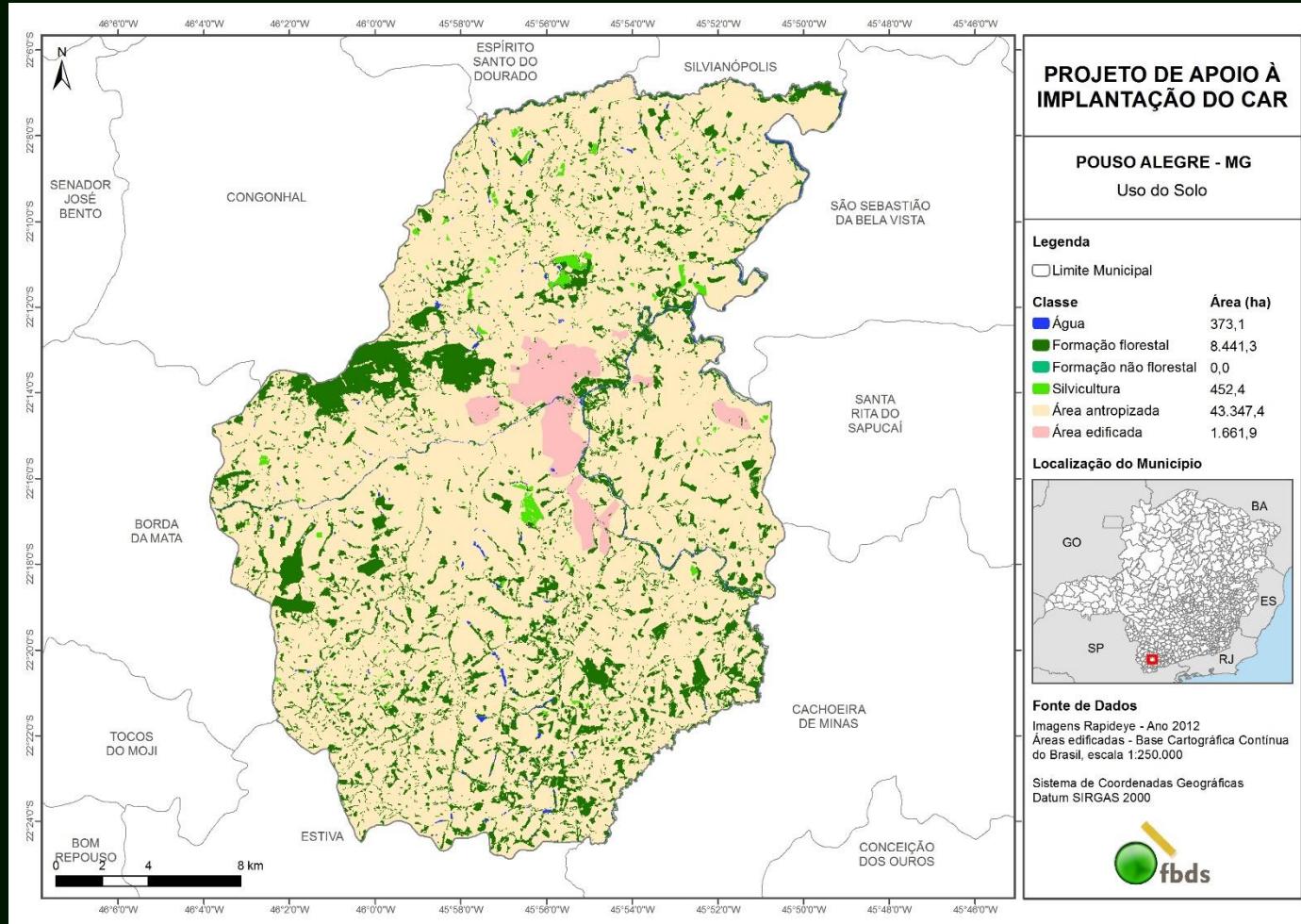
Conjunto de mapas produzido para cada município
E.g. Pouso Alegre (MG)

Mosaico RapidEye



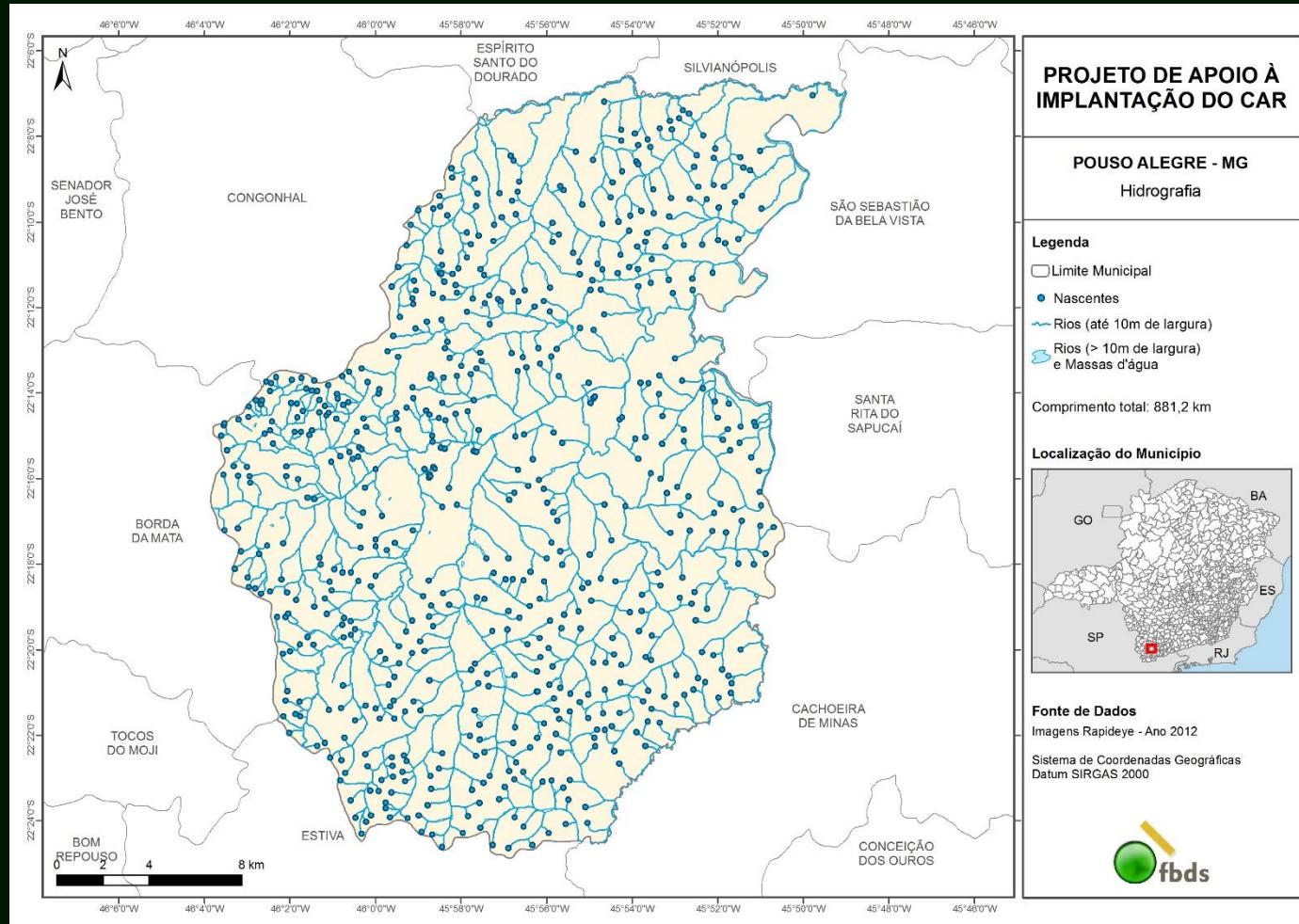
- Mosaico de imagens do satélite RapidEye dos anos de 2012 ou 2013.

Uso do Solo



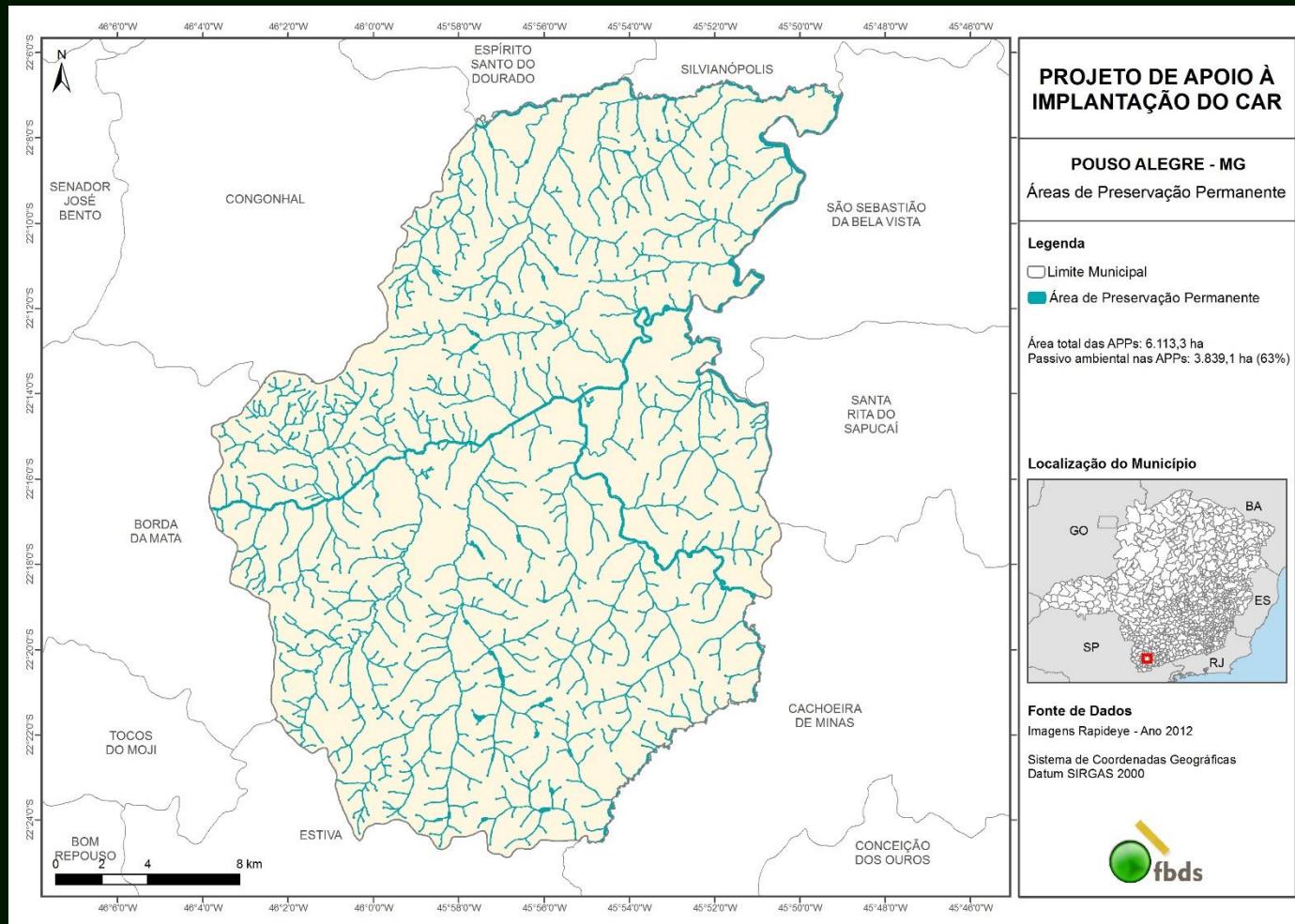
- Mapeamento do uso do solo do município, na escala de 1:20.000, realizado a partir das imagens Rapideye.
- São mapeadas as classes água, formação florestal, formação não florestal, silvicultura, área antropizada e área edificada.

Hidrografia



- Mapeamento da rede hidrográfica do município, contendo suas nascentes, rios e massas d'água naturais e artificiais.
- O mapeamento baseia-se nas redes hidrográficas já disponíveis na melhor escala para cada Estado. Estas redes são complementadas e/ou adaptadas com base nas imagens Rapideye, na escala de 1:20.000.

Áreas de Preservação Permanente



- Mapeamento das áreas de preservação permanente (APPs) do município, calculadas conforme previsto nos Artigos 4º e 5º da Lei 12.651/2012.
- O mapa também apresenta a informação do quantitativo do passivo ambiental do município, relativo à área desprovida de cobertura vegetal nativa no interior das APPs.

Consolidação das informações

- Área total do município: 54275,98 ha
- Área ocupada por vegetação natural: 8.441 ha (16%)
- Área de preservação permanente: 6.113 ha
- Passivo ambiental: 3.839 ha (63%)
- Potencial de sequestro de carbono: 445.324 ton C
- Quantidade de mudas necessária para plantio: 3.839.000



Resultados: Estado

Consolidação para cada Estado e interpretação

Rio de Janeiro (RJ)

- Vegetação nativa: 1.272.837 ha (29%)
 - Área da APP: 855.263 ha
 - Passivo ambiental: 527.082 ha (62%)
 - Potencial de sequestro de carbono: 61.141.512 tons C
 - Mudas necessárias: 527.082.000





Obrigado!

francisco.gaetani@mma.gov.br

61 2028 1205